

O Direito e o Pensamento Jurídico

Programa (versão provisória)

Rui Pinto Duarte

2011/2012

1. Ideia Geral de Direito

- 1.1. Sentidos da palavra “direito”
- 1.2. Perspectivas sobre o direito; adopção de uma perspectiva normativista
 - 1.2.1. O Direito como dever ser
 - 1.2.2. O Direito como facto
 - 1.2.3. Pluralidade de perspectivas de análise do direito
 - 1.2.4. Adopção de uma perspectiva normativista
- 1.3. A diversidade dos modos do dever ser jurídico
 - Normas e princípios
 - Referência a alguns princípios
 - Tipos de normas
- 1.4. Direito e coercibilidade
- 1.5. A contraposição entre direito (positivo) e justiça (direito natural)
- 1.6. O direito e as outras ordens normativas
- 1.7. Os chamados fins do direito
- 1.8. As funções do direito (o direito e a sociedade)
- 1.9. Direito e linguagem

2. Fontes de Direito (Aspectos Gerais)

- 2.1. Fontes das normas e fontes dos conteúdos das normas
- 2.2. As fontes formais do direito
 - 2.2.1. Considerações gerais
 - 2.2.2. A lei
 - Noção
 - Espécies em função da entidade autora e do lugar hierárquico
 - Os códigos
 - 2.2.3. O costume
 - Noção

- Elementos
- Tipos
- 2.2.4. A jurisprudência
 - Noção
 - O sistema de precedente
 - As sentenças uniformizadoras
 - O «costume jurisprudencial»
- 2.2.5. A doutrina
 - Noção
 - Relevância
- 2.2.6. Outras possíveis fontes
- 2.2.7. Coordenação das várias fontes de direito
- 2.3. Estado e direito
 - Noção de Estado relevante
 - O papel do Estado como produtor e ordenador do direito
 - A limitação do Estado pelo direito
- 2.4. Fontes do direito das relações internacionais

3. O Actual Sistema Português de Fontes de Direito

- 3.1. Perspectiva geral
- 3.2. A lei
 - 3.2.1. Os actos legislativos
 - 3.2.2. Os regulamentos
 - 3.2.3. As normas corporativas (?)
 - 3.2.4. A hierarquia dos actos normativos
 - 3.2.5. Notas sobre a Constituição
- 3.3. Outros critérios de decisão reconhecidos pela lei
 - 3.3.1. Considerações gerais
 - 3.3.3. A equidade
 - 3.3.4. Os usos
- 3.4. A jurisprudência

3.5. Os principais códigos

4. Os Ramos do Direito

4.1. A noção de “ramo do direito”

4.2. O direito público e direito privado

4.3. O direito internacional público

4.4. O direito da União Europeia

4.5. Divisões do direito público

4.5.1. O direito constitucional

4.5.2. O direito penal

4.5.3. O direito administrativo

4.5.4. O direito de mera ordenação social

4.5.5. O direito financeiro

4.5.6. O direito fiscal

4.5.7. Os direitos processuais

4.6. Divisões do Direito Privado

4.6.1. O direito civil como direito privado geral

4.6.2. Os (sub)ramos do direito civil

4.6.3. O direito comercial e as suas subdivisões

4.6.4. O direito do trabalho

4.8. O direito internacional privado

4.9. Outros ramos do Direito

5. A Descoberta da Norma e a sua Aplicação

5.1. Noção de norma jurídica

5.1.1. Norma e lei

5.1.2. Características das normas jurídicas

5.2. A interpretação e a aplicação das normas

5.1.3. A necessidade de interpretação

5.1.4. Coordenadas da interpretação

- 5.1.5. Elementos de interpretação
- 5.1.6. Regras de interpretação
- 5.1.7. Os resultados da interpretação
- 5.1.8. Alguns argumentos usados pelos juristas
- 5.1.9. Natureza intelectual do processo de aplicação das normas
 - 5.2.7.1. A «visão silogística» da aplicação do Direito e as suas limitações
 - 5.2.7.2. A aplicação dos princípios
 - 5.2.7.3. Um entendimento alternativo
- 5.1.10. A solução dos casos aparentemente não previstos na lei
- 5.1.11. A natureza da verdade procurada nos processos judiciais

6. A Caracterização do Direito como Sistema

- 6.1. Relevância do possível carácter sistémico do direito para a sua obtenção e aplicação
- 6.2. Possibilidade de qualificar as ordens jurídicas como sistemas
 - Coerência e plenitude das ordens jurídicas
 - O sistema como objectivo (e não como dado)
 - A abertura dos sistemas jurídicos
- 6.3. A chamada “autopoiesis”

7. Aplicação das Normas no Tempo

- 7.1. Os problemas levantados pela variação das normas no tempo
- 7.2. O problema da retroactividade
- 7.3. Outros problemas de sucessão de normas
- 7.4. O direito português vigente

8. As Famílias de Sistemas Jurídicos

8.1. Arrumação dos sistemas em famílias: análise de critérios e dos seus resultados

8.2. Diferenças entre a família romano-germânica e família anglo-americana

9. Os Vários Saberes sobre o Direito

9.1. Considerações gerais

9.2. A sociologia do direito

9.3. A filosofia do direito

9.4. A história do direito

9.5. A análise económica do direito

9.6. A abordagem política do direito

9.7. A análise económica do direito

10. A Natureza do Saber Jurídico (Dogmática Jurídica)

10.1. Descrição do saber jurídico

10.2. A qualificação do saber jurídico como ciência

11. Introdução a Algumas Correntes Metodológicas

11.1. A jurisprudência dos conceitos

11.2. A jurisprudência dos interesses

11.3. A teoria pura do direito

11.4. A tópica e a (nova) retórica

11.5. O saber jurídico como interpretação

11.6. O saber jurídico como discurso

12. As Profissões Jurídicas

11.1. Considerações gerais

11.2. Os juízes

- 11.3. Os advogados
- 11.4. O Ministério Público
- 11.5. Os notários
- 11.6. Os conservadores dos registos